

VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE SOCIAL: IMPACTO DA INTERVENÇÃO PSICOSOCIOEDUCATIVA NA GARANTIA DE DIREITOS

Violence and social vulnerability: the impact of psychosocioeducative intervention in guaranteeing rights

Violencia y vulnerabilidad social: impacto de la intervención psico-socioeducativa en la garantía de los derechos

Gislayne Cristina de Figueiredo*

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Bra.

Heitor Henrique Faustino**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Sorocaba – Bra.

RESUMO

A violência é um fenômeno com profundas raízes históricas, e que impacta de forma mais contundente as populações mais fragilizadas socioeconomicamente. Visando intervir junto a esse fenômeno, têm sido construídas políticas públicas nas mais diversas áreas - saúde, educação, lazer, assistência social, entre outras. Nesta pesquisa, utilizando de metodologia qualitativa, investigamos como uma ONG que atende crianças no período do contraturno escolar lida com a violência, buscando compreender como a psicologia pode ajudar nesse processo. Percebeu-se que a violência se faz presente no cotidiano institucional, sendo banalizada e vista como algo natural; no entanto, a instituição assume papel importante para o combate à mesma, pois cria espaços nos quais favorece a reflexão e a abertura ao diálogo com a população, sendo a atuação do psicólogo importante para desconstruir discursos que perpetuam as situações de violência presentes tanto na narrativa da população atendida quanto na da equipe institucional.

Palavras-chave: Violência. Políticas públicas. Educação não escolar. Psicologia social.

ABSTRACT

Violence is a phenomenon of profound historical roots, which strikes more overwhelmingly on socioeconomically weakened populations. Aiming to intervene at this issue, public policies have been developed in an array of areas, such as health, education, leisure, social care, among others. In this research, oriented by a qualitative methodological approach, we investigate how an NGO which provides support to children after schooltime deals with the matter of violence, aiming to comprehend in which extent is Psychology able to help with such endeavor. It has been noticed that violence is present at institutional everyday life, frequently diminished and regarded as somewhat natural; the institution, nonetheless, plays an important role in fighting the same violence, for it creates canals for reflection and dialogue with the population, where the act of the psychologist is of major importance in order to deconstruct speeches which replicate situations of violence both at the accounts of the attended population and within the institutional team.

Keywords: Violence. Public policies. Social psychology.

RESUMEN

La violencia es un fenómeno con raíces históricas, que impacta de forma más contundente a las poblaciones socioeconómicamente más fragilizadas. Visando intervenir en este fenómeno, han sido construidas políticas públicas en las más diversas áreas: salud, educación, recreación, asistencia social, entre otras. En esta investigación, se utilizó la metodología cualitativa, examinando cómo una ONG que atiende a niños en el período de contra horario escolar lidia con la violencia, buscando comprender como la psicología puede ayudar en ese proceso. La violencia se hace presente en la vida cotidiana institucional, siendo banalizada y vista como algo natural. Sin embargo, la institución asume un papel importante para el combate a la violencia, pues crea espacios de reflexión y abertura al diálogo con la población, siendo la actuación del psicólogo de suma importancia para desconstruir discursos que perpetúan situaciones de violencia presentes tanto en la narrativa de la población atendida, como en la del grupo institucional.

Palabras-clave: Violencia. Políticas públicas. Educación no-escolar. Psicología social.

Introdução

A violência permeia o dia a dia das pessoas, sendo objeto de atenção tanto em discussões corriqueiras quanto no âmbito acadêmico. Todos, em algum momento da vida, entram em contato com o fenômeno social da violência em seu cotidiano, de forma direta ou indireta. Ademais, o assunto tende a receber grande destaque na mídia, como destaca Porto (2000), relatando que hoje é possível testemunhar as atrocidades de uma guerra em frente à televisão, computadores ou videogames, transformando a violência em produto de grande valor comercial. Tal aspecto, segundo Hayeck (2009) e Neto e Moreira (1999), acaba por contribuir com a banalização deste tema tornando-o, muitas vezes, naturalizado, além de impedir reflexões mais profundas sobre a questão. Para exemplificar o quanto a violência está presente em nossa sociedade, Odalia (1991), destaca a arquitetura das residências. Se antes as casas deixavam expostos os jardins, convidando as pessoas que passavam a apreciar suas formas arquitetônicas, agora, as residências tendem a fechar-se em si mesmas: possuem altos muros, câmeras de segurança e guardas a fim de evitar o perigo iminente, que está a rondar a residência do lado de fora – em uma configuração que remete à arquitetura adotada nos castelos medievais.

Tais aspectos mostram que a violência é uma questão atual, que influencia a realidade em que vivemos. Há uma grande preocupação em se compreender o tema, que apesar de ser largamente estudado, ainda intriga pesquisadores do mundo inteiro. Os estudos desenvolvidos por estes vêm procurando fomentar ações que tornem possíveis controlar, reduzir e prevenir a incidência da violência (HAYECK, 2009; NETO; MOREIRA, 1999). Apesar da violência estar em evidência na atualidade, esta se constitui em um fenômeno histórico. Segundo Hayeck (2009) e Porto (2000), a violência não só esteve presente em épocas passadas, como também se tornou parte constituinte da cultura dos povos. Este último autor utiliza como exemplos os processos civilizatórios que os países latino-americanos sofreram. Nessa ótica, a violência é entendida como ações que se modificam e se adaptam às sociedades, transformando-se com o tempo e o lugar, compondo, inclusive, as práticas de educação e controle social (LOPES et al; 2008).

Essa reprodução junto às práticas sociais, bem como a transformação que a violência sofre com o tempo, lugar e sociedade, fazem com que muitas vezes ela se torne um fenômeno velado e silencioso, sendo banalizada e aceita como natural. Hayeck (2009, p. 2) pontua o fato de que a violência, muitas vezes, é aceita e compreendida como “comum”, e isso traz consequências sérias para os indivíduos, os grupos sociais e as sociedades. Considerando ser a violência um fenômeno histórico-social, faz-se assim necessário, antes, compreender o contexto dos grupos e sociedades e, após essa compreensão, desvelar junto a estes os sentidos e significados que contribuem para o surgimento e a manutenção de situações de violência. Somente através do processo de fazer emergir os sentidos e significados, será possível causar algum “estranhamento” a essas situações, contribuindo assim com a sua problematização e desnaturalização. Outrossim, no âmbito acadêmico, há uma grande dificuldade em se definir o que é violência, justamente por esse conceito ser complexo, multifacetado e depender de variantes como o tempo e o lugar de onde se estuda o fenômeno.

Violência e sociedade

Apesar das dificuldades em se definir o que é violência, parece haver um consenso entre os autores de que esta é qualquer ato que, de algum modo, ocasione danos ao sujeito que a sofre, ou a terceiros (MINAYO; SOUZA, 1997). Lopes et al. (2008) destacando a definição feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relatam que a violência é o ato de se utilizar de força ou poder com a finalidade de causar danos a uma pessoa, grupo ou mesmo nação. Jorge (2002) destaca a questão da intencionalidade da ação, separando o ato intencional do acidental, ressaltando, no entanto, que muitas vezes um ato considerado acidental tem como base atos intencionais. Outro aspecto importante, destacado por Gonçalves (2011), diz respeito ao grau de comprometimento do ato, o que sugere que há níveis de gravidade de violência. Para alguns autores a violência pode ser

dividida conforme a natureza da ação: para Gonçalves (2011), a violência pode ser física, sexual, negligência e psicológica. Com uma classificação parecida Guareschi, Weber, Comunello e Nardini (2006) dividem o fenômeno em violência direta - aquela em que houve a utilização de atos físicos; e violência indireta - aquelas em que o principal meio de ação e impacto são os psicológicos e emocionais, tornando o outro alvo da ação vulnerável e sem chance de reação; e por último a violência simbólica, está mais sutil, mas de grandes consequências, que se utiliza do poder para coibir e controlar uma pessoa ou grupo.

Compartilhamos da definição adotada por Chauí (1985, p. 35), para quem violência é toda “ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência”. Assim, a violência ocorre nas várias ocasiões nas quais o indivíduo ou o grupo é tratado como objeto e não como sujeito, e pode se dar nas mais diversas dimensões da existência e da experiência humana, em situações nas quais essa existência possa ser diminuída e aviltada. Nesse sentido, ela pode ser objetiva ou subjetiva, concreta ou simbólica, física ou psicológica, direta ou indireta, explícita ou implícita, se dar nas microrelações ou ser estrutural. Em todos os casos, ela deve ser compreendida em sua dimensão histórico-social e relacional.

Segundo Guareschi (et al. 2006) a violência é um produto social e histórico, com dimensão psicológica, social e ideológica. Goldfarb (2010) possui uma compreensão semelhante, relatando que a violência possui duas dimensões: a social e a subjetiva. Tais dimensões estão em constante relação e são interdependentes. A dimensão subjetiva corresponde aos elementos próprios ao sujeito exposto ao fenômeno, que por sua vez tem intensa relação com uma determinada realidade social e histórica. A dimensão social corresponde às bases materiais, ideológicas, sociais, históricas e culturais em que o sujeito vive – sendo que estas estão em uma relação dialética com o sujeito, o qual transforma e é transformado por tal realidade. Neste processo, os sujeitos vão tecendo os sentidos, significados e representações sobre os fenômenos e, assim, vão guiando as suas ações; a partir deles, sujeito e mundo são produtos e produtores, de tal forma que a violência é compreendida como prática e produto social.

Sendo os sentidos e significados uma construção coletiva, os sentidos e significados sobre a violência surgem nas interações entre os sujeitos sociais e o mundo, mantendo-se pelo discurso, valores e práticas de um grupo (GUARESCHI et al., 2006). O fenômeno da violência compreendido nessa relação dialética, pode assumir infinitas representações e ter um impacto direto sobre o grupo de onde tais representações se constituem, pois essas interpretações guiam as relações que se tecem entre os sujeitos sociais. Além disso, devido à complexidade que o fenômeno da violência possui, este é muitas vezes confundido com outros fenômenos. Uma confusão bastante comum é a de se igualar a violência à agressividade e à indisciplina. Isso ocorre principalmente no dia a dia de instituições como ONGs e escolas. Segundo Costa, Williams e Cia (2012), nesses locais há sempre a presença de conflitos inerentes à convivência humana, tais conflitos muitas vezes são interpretados, sem uma análise profunda, como sendo situações de violência.

Segundo Souza e Castro (2008), os quais baseiam a sua compreensão nos estudos de Klein e Winnicott, a agressividade é inerente à natureza humana, e sua expressão deve ocorrer dentro dos parâmetros estabelecidos socialmente dentro dos grupos. O problema surge quando a agressividade encontra uma realidade social desigual e, assim, segundo Moreira, Vilhena, Cruz e Novaes (2009), a agressividade passa a ser um modo de sobrevivência, transformando-se em violência. Ainda segundo esses mesmos autores, a violência difere da agressividade, uma vez que a primeira se utiliza da razão, do desejo e da intencionalidade de destruir ou causar danos, enquanto a agressividade, quando bem utilizada, pode ser uma força produtiva. A indisciplina também é confundida com a violência. Segundo Garcia (1999), a indisciplina é decorrência da comparação dos comportamentos dos sujeitos que circulam em uma determinada instituição com as normas explícitas e implícitas estabelecidas pela mesma. Bispo e Lima (2014) irão pontuar que tudo o que fere tais regras, normas e expectativas é compreendido pela instituição como uma violência, uma

vez que “ferem” o poder que a instituição possui sobre os agentes que nela circulam, e que supostamente deveriam respeitar esse poder.

A violência está presente em todas as classes sociais. Porém, segundo Jorge (2002), os resultados desta são percebidos de forma mais contundente nas populações marginalizadas e excluídas. Segundo Neto e Moreira (1999), tal situação decorre do fato que tais populações sofrem de um tipo de violência que é denominado por esses autores de “violência estrutural”. Tal agressão caracteriza-se pela negação de direitos a alguns segmentos da sociedade, e é cometida principalmente por instituições e pelo próprio Estado. Indivíduos que são incluídos de forma perversa na sociedade (SAWAIA, 1999), como os pobres, crianças, mulheres, negros e homossexuais sofrem com esse tipo de violência de forma mais corriqueira. Segundo Goldfarb (2010), tais grupos são colocados em uma categoria de subcidadania, tendo como consequência a exclusão desses grupos, esse processo é denominado por esse mesmo autor como des-subjetivação. Tal processo caracteriza-se pelo fato de que alguém é tratado como coisa desprovida de subjetividade; ocorre até mesmo no momento do registro dos índices de violência contra estes segmentos, tornando os dados subdimensionados.

Excluídos, tais grupos ficam à margem da sociedade, impedidos ou com dificuldades em acessar os bens produzidos socialmente, inclusive os seus direitos mais básicos tais como saúde, educação e alimentação, ficando socialmente vulneráveis (JORGE, 2002). Segundo Lopes et al (2008), todo esse processo é constantemente realimentado e contribui para reproduzir um grave quadro de desigualdade social. Cabe destacar que todo o processo de exclusão e vulnerabilidade social, como formas de expressão da violência, impactam diretamente na subjetividade das pessoas, causando sofrimento psíquico e emocional (PORTO, 2000). Zaluar, Noronha e Albuquerque (1994), analisam alguns índices, procurando refletir sobre as associações feitas entre pobreza e violência e, posteriormente, entre violência e a falha nos serviços públicos. Concluem que a violência e a pobreza estão associadas, mas não em uma relação de causa e efeito. Pelo contrário, ambas são produtos da ausência de efetivação das políticas públicas sociais e de planejamento urbano.

Ao conhecer tais índices e as relações que se tecem entre eles, torna-se possível traçar um perfil de quem sofre com o fenômeno da violência, e construir políticas públicas que possam resgatar a cidadania desses grupos retirando-os de situações de violência (JORGE, 2002). Como ferramentas que objetivam garantir o acesso aos serviços e aos bens socialmente produzidos, temos as políticas públicas sociais; e o acesso a essas políticas visam garantir direitos outrora negados ou violados (BRASIL, 2001). No Brasil há uma grande dificuldade em se articular tais políticas; e a sua aplicação e efetivação muitas vezes encontram obstáculos. Isso porque as políticas públicas não nascem de forma espontânea dos governantes, mas são frutos de disputas entre classes, travadas na arena política e, após conquistadas, tem a sua aplicação dificultada por jogos de interesse (CHRISPINO; DUSI, 2008).

Outro aspecto importante que dificulta a efetivação dessas políticas é o caráter de benesse e caridade que elas muitas vezes acabam assumindo. Esse caráter foi historicamente constituído e, hoje, há uma grande dificuldade em ser desconstruído; isso se faz necessário, pois tais políticas se constituem como direitos, e não como caridade (CRUZ; GUARESCHI, 2012). Muitos serviços conquistados através das políticas públicas são efetivados em instituições como as ONGs (Organizações Não Governamentais). Tais instituições, apesar de não serem gerenciadas pelo Estado, recebem investimentos deste para efetivar serviços de sua responsabilidade, como educação e saúde, constituindo-se, assim, como importantes formas de acesso às políticas públicas (COSTA; SILVA; BONAN, 2011). Alguns autores, no entanto, tecem algumas críticas a essa forma de atuação: segundo Kalk (2003), tais instituições acabam por agir no sentido de terceirizar e isentar o Estado de suas responsabilidades com sua população.

Segundo Costa, Silva e Bonan (2011), as ONGs tiveram intensa proliferação nos anos 70 e 80, momento de grande mobilização social no Brasil. Estas surgiriam com o objetivo de suprir serviços que o Estado acabava por “negligenciar”, e reivindicar ações dos governos, para que estes se

responsabilizassem por sua população. Apesar de serem de suma importância, é preciso observar e compreender tais instituições de forma crítica. Como já dito, as ONGs acabam por terceirizar uma responsabilidade do Estado com a sua população. Muitas delas encontram-se em precária situação e sem condições de prestarem os serviços que objetivam prestar, ou ainda, oferecem serviços descontextualizados das reais necessidades das populações (COSTA; WILLIAMS; CIA, 2012).

Por outro lado, as ONGs possuem uma dimensão política muito grande, mantendo uma relação muito próxima com o Estado. Assumem, muitas vezes, o papel de porta voz dos grupos excluídos e em situação de vulnerabilidade social, ou seja, em situação de violência. Tais instituições são destinadas a diversos fins e, entre elas, temos uma grande parte que se destina a educação, cultura e trabalhos sociais. Estas visam a justiça social, a distribuição igualitária dos recursos e, o mais importante, o pleno exercício da cidadania de populações que tem um amplo histórico de exclusão e violência (COSTA; SILVA; BONAN, 2011). As ONGs têm uma participação muito forte na elaboração e na articulação das políticas públicas sociais, muitas vezes efetivando, de forma prática, serviços previstos em leis. São nas ONGs que grande parte da população tem o primeiro contato com tais serviços (JORGE, 2002).

Segundo Cruz e Guareschi (2012), com a criação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados por ONGs, em geral oferecidos no horário de contra-turno escolar, passam a ser um dos componentes da política de assistência social, compondo o quadro de proteção ofertado para todos aqueles que necessitarem do serviço. Devem, portanto, respeitar o preconizado pelo SUAS, tomando assim como base os eixos estruturantes e as diretrizes do PNAS (Política Nacional de Assistência Social) que, por sua vez são baseados nas diretrizes do LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social). Há que se compreender, no entanto, o seu caráter socioeducativo, haja vista que os serviços têm como foco a realização de uma série de atividades educativas, culturais, de lazer, de preparação para o mercado de trabalho, entre outros. É previsto que essas instituições trabalhem em rede, ou seja, de forma articulada e intersetorial com várias outras políticas públicas sociais, como saúde, assistência social, educação formal (escola), entre outros.

O trabalho desenvolvido em instituições que prestam serviços socioassistenciais, e que estão em conformidade com o SUAS, devem contar com uma equipe multidisciplinar, a fim de abarcar toda a complexidade das situações que chegam até as instituições, como as situações de violência. Dentre os profissionais previstos pelos SUAS para compor essas instituições, encontra-se o psicólogo (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). O profissional de psicologia é de suma importância, uma vez que as situações de violência, segundo Goldfarb (2010), conduzem a um processo de dessubjetivação, acarretando, para além de consequências materiais e físicas, um grande e profundo adoecimento, com sofrimento psíquico e emocional que, segundo Cruz e Guareschi (2012), impedem ou dificultam os sujeitos e grupos de se organizarem para transformar tais situações. Com isso, a emancipação, a autonomia e a cidadania ficam cada vez mais restritas e distantes de se concretizarem.

Apesar da entrada do psicólogo nessa área ser recente, e o seu espaço e forma de atuação ainda encontrar-se em processo de construção, tal profissional tornou-se um importante aliado no processo de diminuição e prevenção nos índices de violência, sendo presença obrigatória dentro das instituições públicas e privadas. Seu trabalho deve encontrar-se articulado junto às políticas públicas sociais e demais direitos. Nesse sentido, tal profissional trabalha com o intuito de fomentar o exercício da cidadania, na articulação e garantia de direitos negados, e propiciando a autonomia e a emancipação das populações das situações de vulnerabilidade e exclusão. Ademais, o profissional da psicologia atua visando desconstruir as situações de violência, através de um processo de compreensão e reflexão dos sentidos socialmente atribuídos ao fenômeno, fomentando novas formas de protagonismo social, objetivando a construção de uma sociedade que tenha como base a paz e a justiça (CFP, 2008).

Nesta pesquisa, buscamos compreender como uma instituição que oferece atendimento a crianças e adolescentes no horário de contra-turno escolar lida com a questão da violência no dia a dia de sua intervenção. Logo, buscamos compreender como a violência vivenciada pela população atendida se faz presente em sua rotina, bem como buscamos conhecer os impactos da intervenção institucional na violência presente na comunidade, nas famílias e indivíduos, observando como a psicologia, pode ajudar nesse processo. A pesquisa se desenvolveu em uma ONG que oferece serviços socioeducativos e de convivência e fortalecimento de vínculos em um município de grande porte no interior do estado de São Paulo. Como instrumentos de coleta de dados, foram realizadas Observações Participantes por um período de três meses, além de entrevistas semiestruturadas com responsáveis e funcionários da instituição.

No caso da Observação Participante, contamos com a colaboração de todos os atores institucionais, inclusive as crianças e adolescentes, com idade entre 7 e 14 anos. Todas as interações vivenciadas e as observações realizadas foram registradas em um Diário de Campo. No caso das entrevistas, estas foram realizadas com dois pais/responsáveis que possuem crianças ou adolescentes participando do projeto da instituição; e funcionários da ONG, sendo estes um educador, uma orientadora educacional, uma auxiliar de serviços gerais e uma gestora social, totalizando 6 entrevistas. As entrevistas foram transcritas, e as observações registradas em diário de campo. Os dados obtidos foram interpretados através do método de “Interpretação de Sentidos pela Análise de Conteúdo”, fundamentada sobre uma concepção hermenêutica-dialética, tal como descrita por Gomes e Minayo (2012). Importante assinalar que todas as determinações da resolução CNS 466/12, a qual visa garantir a observância dos procedimentos éticos, foram observadas na presente pesquisa.

A instituição pesquisada

A ONG está localizada na zona urbana de um município de grande porte no interior de São Paulo. Possui prédio próprio, com uma estrutura que inclui salas para turmas, quadra poliesportiva, salão para festas, refeitórios, banheiros, sala de reuniões, administração e escritório. Seu trabalho é desenvolvido com crianças e adolescentes (7 a 14 anos) que frequentam a instituição no contra-turno escolar. São requisitos para participar do projeto: 1) estar em situação de vulnerabilidade social ou 2) ter baixa renda; tais dados são colhidos em entrevista inicial, quando os responsáveis manifestam o interesse em inscrever as crianças no projeto.

O projeto é mantido através de recursos provenientes de doações particulares, doações de outras instituições privadas, por verba da prefeitura e pela realização de eventos, como bazares e festas. Possui uma equipe multidisciplinar composta por gestor, educadores, assistente social, auxiliar de serviços gerais, orientadora pedagógica e psicólogo; este último profissional trabalha em regime contratual. Através dos seus serviços variados, focados na infância e na juventude, a instituição objetiva promover a cidadania, a democracia, o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, o desenvolvimento das potencialidades de crianças e adolescentes; oferece oficinas, eventos para a comunidade e atividades pedagógicas. A instituição tem como fonte de inspiração para seu trabalho a Pedagogia Waldorf¹.

Representações e significados da violência

O primeiro aspecto a ser assinalado é que a violência se faz presente no cotidiano institucional, tendo sido observada tanto no discurso das crianças e adolescentes atendidos, as quais narravam

Nota: A presente pesquisa contou com apoio da Universidade Paulista (UNIP).

¹A Pedagogia Waldorf é uma proposta educativa postulada por Rudolf Steiner (1861-1925), que tem como princípios a formação integral do indivíduo, valorizando seus aspectos afetivos, a criatividade, a autonomia, o pensamento intuitivo, a liberdade e a autoeducação, entre outros (BACH JR., 2012).

várias situações vivenciadas fora dos muros da entidade, quanto nas interações entre as crianças e adolescentes atendidos, e entre esses, os educadores e a família. A violência manifesta-se no cotidiano institucional sob diversas formas: direta ou indireta, objetiva ou subjetiva, concreta ou simbólica, física ou psicológica, entre outras.

O atendido me falou sobre o tráfico de drogas, quando perguntei sobre os símbolos que desenhavam, a princípio o atendido, assim como outras crianças, ficaram com medo de me falar sobre eles, às vezes os escondiam ou evitavam falar, como se fosse proibido trazer seus significados a mim que chamam de professor assim como os demais funcionários, falou também sobre roubos e assassinatos que ocorreram, o envolvimento de seus primos neles e prisão dos mesmos, as crianças disseram que ele sabia de tudo isso muito bem, falou sobre o funcionamento das “bocas-de-fumo” que funcionavam como “franquias” e do poder que os traficantes exercem sobre a comunidade na favela onde mora, também me falou de armas e o assassinato de dois de seus parentes (ambos homens) um com 32 tiros e outro com 14, falou também sobre como funciona o PCC e como faz para se entrar e tornar-se um membro (tem que matar um “cara” designado pelo líder) e que uma vez dentro não é mais permitido sair, os primos morreram cedo, um com 24 anos e outro com 32 (...) (Diário de campo, p. 30).

[...] porque a falta de recursos internos da pessoa, de conversa, porque às vezes a mãe e o pai não sabem conversar, não aprenderam isso, não tiveram isso, então eles lidam com a criança na base do tapa, do xingo, da agressão física mesmo [...] é a falta de informação mesmo, não existe o autocontrole, não existe os limites, eu acho que essa palavra limite não tem no vocabulário, então não tem limites, é Id puro, o que vier eu faço, o que eu sentir vontade, não tem um filtro, pelo próprio meio em que convivem[...] (Entrevistado B).

Entre os tipos de violência, podemos citar as agressões físicas, violências de gênero e os homicídios – presentes principalmente nos relatos de atendidos e funcionários; mas também foi possível observar uma série de interações entre os atendidos, entre os educadores e os atendidos, entre a família e os atendidos, e entre a instituição e a família, que podem ser consideradas violentas – como, por exemplo, educadores que se referiam de forma desqualificadora à criança e à família; a ocorrência de ofensas verbais, gestuais e coerções entre os atendidos, assim como a atribuição de apelidos jocosos.

Interessante observar que todas estas situações, muitas vezes, passam despercebidas aos entrevistados, o que pode ser vislumbrado tanto no conteúdo das entrevistas, quanto nas observações. Em alguns casos, os entrevistados surpreenderam-se quando refletiram se vivenciam ou não a violência, relembando situações que antes passavam despercebidas. Também se pode destacar que a violência, dentro do contexto em questão, é muitas vezes tomada como forma legítima de se relacionar, assumindo status de organizadora da realidade e como uma ferramenta de sobrevivência – o que muitas vezes pode ser percebido na interação entre as crianças, que acabam por utilizar de meios violentos de interação.

Quando entramos, nos sentamos em círculo como de costume para fazer a Roda de Conversa [...] uma das atendidas estava brava, pois estavam dizendo que um dos garotos era seu namorado, o funcionário C perguntou se era verdade, a atendida respondeu que não, o funcionário C disse mais alguma coisa que parece ter piorado a situação, os educando deram risada, com isso a atendida pegou um guarda-chuva e começou ameaçar a bater no garoto que diziam ser seu namorado e que lhe mandava beijos... a situação começou a se agravar ainda mais, até que a atendida saiu correndo para pegar o menino que lhe mandava beijos e outras crianças foram atrás correndo para fora da sala. (Diário de campo, p.29).

Segundo Hayeck (2009) e Odalia (1991), a não percepção e compreensão a respeito das situações de violência que as pessoas vivem diariamente, se dá pelo fato dela já encontrar-se naturalizada

nos grupos. Isto a torna banal e, como o próprio autor coloca, “comum” (HAYECK, 2009, p.2). Assinalamos que a própria existência da ONG, que visa atender crianças em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos, não é percebida como decorrência de uma violência estrutural que atinge a população atendida. Pode se dizer que a não percepção das relações violentas que estruturam nossa sociedade também se deve ao fato de que a violência fez parte dos processos colonizadores, incluindo os sofridos pelos países latino americanos. Assim, segundo Neto e Moreira (1999), a violência vai sendo vivenciada junto às práticas do dia a dia, como uma forma de ciclo ou cultura, sofrendo ressignificações; a violência passa a fazer parte da cultura do grupo e também do repertório comportamental dos indivíduos que o compõem (PORTO, 2000).

Observamos que a violência ainda aparece, no discurso dos entrevistados, marcadamente relacionada ao consumo de drogas lícitas e ilícitas, como sendo a solução de conflitos, e como instrumento pedagógico na educação dos filhos, desconsiderando-se as ações e interações violentas que são sociohistoricamente construídas e que operam no cotidiano. Houve, de maneira geral, uma grande dificuldade por parte dos participantes da pesquisa em definir o que é a violência. Essa dificuldade dá-se, segundo Porto (2000), por se tratar de um fenômeno complexo, social e historicamente construído, e que passa constantemente por ressignificações. Compreendemos que as descrições das situações de violência vivenciadas fora da instituição, bem como as situações vivenciadas dentro dela, evocavam uma grande carga emocional, o que pode ser exemplificado pelas palavras como “medo”, “desespero” e sensações “desagradáveis e invasivas”, presentes nos discursos dos entrevistados. Na compreensão dos participantes, o fenômeno da violência se daria em virtude da ausência ou incapacidade de empatia, o que foi expresso em algumas falas pela expressão “falta de respeito” ao “outro”, ou “falta de amor”. Tais associações apareceram em diversos momentos, ou seja, haveria uma ausência de reconhecimento do outro como semelhante dotado de direitos e desejos. Chauí (1985) exemplifica que quando não há esse reconhecimento, o outro passa a ser tratado como objeto, e Goldfarb (2010, p. 2674), denominam esse processo de “*dessubjetivação*”: o “outro” passa a ser tratado como desprovido de subjetividade.

Ah violência, [pausa] não sei, tem várias formas da violência, é uma coisa que não deveria existir, mas infelizmente ela está aí, violência tem gente que acha que é só bater, mas não é, a violência é uma forma de discriminação, a violência é você não respeitar o ser humano, eu acho que é isso, não sei explicar bem, é você querer ser mais que os outros, isso é uma forma de violência também, pelo menos para mim, eu acho que é isso, aí tem a violência física também que a gente sabe que tem, então para mim é isso, eu vejo bastante coisa no dia a dia que é violência para gente né, desrespeito, falta de amor e de atenção, porque tudo isso eu acho que é violência na verdade, eu não sei explicar muito bem mais eu acho que é isso. (Entrevistado E).

Na fala dos entrevistados, é possível perceber uma compreensão de violência como uma ação que ocasiona danos a outro e a si mesmo, sejam eles de quaisquer naturezas. Assinala-se, no entanto, que há uma percepção mais clara dos fenômenos associados a atos ou comportamentos violentos praticados por indivíduos, e uma percepção diminuída dos fatores estruturais, sociais e históricos que condicionam e constroem as situações de violência vivenciadas cotidianamente. Segundo Goldfarb (2010) a violência possui duas dimensões: a social, composta pelo contexto, tempo, bases materiais, sentidos e significados compartilhados por um grupo; e a dimensão subjetiva, que corresponde ao modo como o sujeito vai moldando o seu mundo interno a partir do seu mundo social. Esta é uma relação constante e dialética. Na realidade estudada percebem-se essas duas dimensões, mas compreendemos que os entrevistados as tomam como independentes uma da outra, dando ênfase à dimensão subjetiva. Cabe ainda assinalar a presença, na instituição estudada, da confusão entre indisciplina e agressividade: no discurso dos entrevistados, situações que podem ser incluídas nessas duas categorias, acabam sendo confundidas com violência: como exemplo, podemos citar, respectivamente, ocasiões onde os atendidos ignoram ou desobedecem algumas

regras; ou em que os atendidos se colocam de forma mais assertiva em relação a alguma interação, ou contra alguma situação vivenciada.

[...] racismo, agressões e vários tipos de violência, às vezes a falta de educação, o educador acha que é uma violência, porque quando o atendido falta com educação conosco a gente se sente mal [...] então agride, você vai embora pensando “nossa porque ele fez isso, somos tão próximos?”, converso tanto, e às vezes ainda é aquele que você menos espera” (Entrevistado A).

Se considerarmos o que afirmam Costa, Williams e Cia (2012), de que nos espaços educativos há sempre a presença de conflitos inerentes à convivência humana, é preciso saber diferenciar as situações de agressividade e violência, compreendendo a primeira como aspecto constituído da subjetividade humana, e como matéria a ser trabalhada na intervenção educativa. Já no caso da indisciplina, é preciso problematizar a relação que os atendidos e a própria instituição tecem com as regras vigentes no serviço: se foram construídas de forma democrática, sua função, a compreensão que atendidos e educadores possuem dessas regras, a forma como elas são colocadas em prática, etc... Outrossim, também é importante considerar que tanto o fenômeno da indisciplina quanto o da violência, segundo Silva, Oliveira e Medina (2010), tem origem fora das instituições educativas (escolas e ONGs), e são constituídas historicamente e socialmente, e com uma relação profunda com as desigualdades sociais presentes em nossa sociedade, que se reproduzem nas instituições assumindo as mais variadas formas.

Representações da instituição e seu trabalho frente à violência

Se por um lado, as situações de violência acabam por atravessar o cotidiano institucional, sendo por vezes reproduzidas pelos seus agentes, é preciso assinalar que a instituição utiliza como principal meio de intervenção, não só no que diz respeito à violência, mas em diversas temáticas, o diálogo aberto junto às crianças e adolescentes atendidos, suas famílias e comunidades. Esse diálogo se viabiliza pela construção de vínculos afetivos, e o desenvolvimento de atividades que permitam a aproximação e convivência comunitária. Compreendemos que atividades como a “Roda de Conversas”, desenvolvida pela instituição, propiciam um espaço de compartilhamento de experiência e reflexão, os quais são fundamentais para a conscientização das situações de violência em que a comunidade está envolvida.

Eu acho assim, que a ONG tem muito o que conversar, tem a roda de conversa [...] se um brigar eles [vão] resolver entre eles, eu acho que eles tem essa forma de lidar [...] eu acho que essa é uma das melhores formas que eles tem de lidar com a violência, porque às vezes um bate no outro, um machuca o outro, então né eu acredito que eles tem esse trabalho é dá certo, dá bastante certo. (Entrevistado E).

O processo de reflexão, de diálogo e, subsequentemente, a conscientização, aliadas ao acesso aos direitos básicos fundamentais às pessoas, permitem promover um “estranhamento” em situações outrora naturalizadas, contribuindo para se construir estratégias coletivas e caminhos que possam propiciar a emancipação da população. Outro aspecto muito importante para o enfrentamento, controle e prevenção das situações de violência, é o trabalho em rede que a instituição começava a estruturar mais fortemente. A entidade já acolhia e encaminhava pessoas da comunidade para diversos serviços que ela não dispunha, e que eram essenciais em alguns casos.

[...] e a gente, mesmo assim procura não abandonar a mãe, mas encaminhar para outra instituição ou uma coisa mais pública [...] (Entrevistado A).

No momento do presente estudo, a entidade procurava estruturar um “Fórum Social” com o intuito de apresentar à comunidade os serviços dos quais eles tem direito, e que estão dentro da região em que moram. Neste sentido, a ONG buscava atuar como uma ferramenta de construção de rede,

garantindo com isso, a materialização e viabilização dos direitos das pessoas atendidas. Se considerarmos, como nos diz Zaluar, Noronha e Albuquerque (1994), que a ausência de efetivação das políticas públicas sociais contribui para um acirramento das situações de violência que atingem os mais vulneráveis socialmente, é possível concluir que o acesso a políticas públicas sociais, de forma digna, é um dos fatores que pode contribuir com a diminuição da exposição à violência por parte das crianças, adolescentes e famílias. Por outro lado, assinalamos que a relação ONG, família e comunidade é um ponto que precisa ser mais bem trabalhado pela instituição pesquisada, pois como pontuamos acima, muitas vezes essa relação se dá de forma assimétrica, e com uma desqualificação da família.

[...] tem que ter um empoderamento das pessoas, só que as pessoas não querem, querem continuar naquela lógica em que um manda o outro obedece [...] as famílias e as crianças tem que dar ideia, tem que desenvolver as ideias, tem que avaliar as ideias, tem que fazer parte do processo inteiro até chegar num ápice de autogestão, porque isso sim é um desenvolvimento social, o profissional tem que ser uma ponte ou uma bengala ajuda por um tempo determinado [...]" (Entrevistado F).

"[...] tem poucas pessoas que tem aquele interesse mesmo, os pais não se interessam muito, você vê na reunião, os pais não vem, principalmente aqueles que precisam estar aqui [...] eu acredito que se fizessem alguma coisa que chamasse a atenção deles ai com certeza, os filhos também, mas eu acho que não tem mesmo nada que chame a atenção deles [...]" (Entrevistado C).

Compreende-se que há elementos a se trabalhar em ambos os polos da relação: a entidade sente muita dificuldade em aproximar-se da comunidade, de oferecer ações e atividades que sejam interessantes para esses, e de fazer com que a comunidade se aproprie do espaço e serviços que a mesma fornece. Por outro lado, um aspecto que muito nos chamou a atenção, é a forma como a população compreende e se relaciona com a instituição e os serviços ali prestados: os cidadãos, de forma geral, não concebem a instituição e seus serviços como um direito, mas como um "favor". Segundo Crispino e Dusi (2008), essa é uma tarefa difícil de ser realizada, tanto por intuições públicas quanto privadas que prestam serviços socioeducativos ou assistenciais. Isto porque as políticas públicas que servem de parâmetros para a construção dos serviços são frutos de intensas disputas travadas no cenário político. Ademais, a compreensão dos direitos como favores ou mesmo a dificuldade em se colocar projetos em prática devido à escassez de verba, entre outros, representam uma continuação dessas disputas. Soma-se a isso a ideia de assistencialismo ou caridade associada a esses serviços, que tem constituído historicamente o atendimento à população vulnerável no Brasil (CRUZ; GUARESCHI, 2012).

Cabe destacar que, de acordo com os dados coligidos, o trabalho da instituição em questão muitas vezes fica prejudicado. Um exemplo desse prejuízo pode ser dado pelo próprio trabalho do psicólogo: por ocasião da realização da pesquisa, a instituição estava sem o profissional de psicologia, que havia pedido demissão por ter conseguido um emprego com vínculo estável: na instituição em tela, o psicólogo é contratado como eventual, a partir de recursos de projetos aprovados em diversas instâncias, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança (CMDCA), o que acarreta uma rotatividade bastante grande desse profissional. Outrossim, percebe-se uma contradição entre o discurso – que refere a importância do psicólogo para se lidar com várias questões que se fazem presentes no espaço institucional – e a situação vivenciada na prática. De acordo com os entrevistados, isto se deve à escassez de verba que a instituição enfrenta.

[...] o funcionário A me falou sobre seu projeto e sobre a intenção de se ter quatro educadores, mas para isso não saberiam se poderiam manter o funcionário E, e em consequência disso não poderiam ter os estagiários das universidades (Diário de campo, p. 31).

Segundo Costa, Williams e Cia (2012), esse não é um problema isolado. No cenário nacional, as associações que prestam serviços de viabilização de direitos à população, muitas vezes contam com recursos financeiros insuficientes, o que acarreta diversos riscos. Vieira e Feitosa (2011) destacam que um dos riscos da falta de recursos é a mudança de foco do trabalho da ONG que, vendo muitas vezes seus recursos desaparecerem, acaba voltando seu trabalho principalmente para a arrecadação financeira, ou até mesmo, sujeita-se aos interesses econômicos dos financiadores da instituição ou de seus projetos, tirando o foco da população atendida e de suas reais necessidades.

Representações sobre o trabalho do psicólogo frente à violência

O psicólogo e seu trabalho são representados pelos participantes da pesquisa a partir das experiências anteriores com este profissional. Consideramos este um aspecto muito importante, uma vez que podemos compreender como esse profissional vem atuando: o psicólogo também é representado a partir de estereótipos disseminados no imaginário da comunidade, como o profissional capaz de ditar condutas consideradas “corretas” de ser e viver.

O psicólogo pode conversar, falar que não pode, que não é assim (Entrevistado D).

Foram destacadas duas modalidades de atendimento: no atendimento em grupo, o psicólogo propiciaria a discussão, reflexão e conscientização das situações de violência; e no individual, o psicólogo propiciaria um espaço seguro de expressão para a criança que não possui este espaço na família. Os participantes deram atenção especial a este último, compreendendo que o psicólogo seria como um investigador que, a partir da expressão da criança, poderia indicar quais as origens dos comportamentos considerados violentos e, assim, indicar estratégias para cada caso.

[...] A gente procura sempre fazer intervenções em grupo e individuais, com psicólogo e assistente social para saber de onde está vindo a violência [...] (Entrevistado A).

Eu acho que de duas maneiras bem simples, a primeira eu acho que é com atendimento individual, eu acho importante que as crianças e as famílias possam falar das suas angústias, dúvidas e medos, ou simplesmente entrar lá e chorar o tempo todo, mas eu acho que é fazendo sensibilização e trabalho em grupo [...] de uma maneira que ele estimule os indivíduos a verbalizarem, a se conscientizarem, trazerem para consciência isso (Entrevistado F).

A atuação do profissional de psicologia é historicamente marcada por uma prática tradicional de atendimento individual em psicoterapia, focando-se em questões intrapsíquicas e descontextualizando o sujeito. Esta prática, para além de elitista, acabava por perpetuar as situações de discriminação e exclusão (CFP, 2012). Apesar da entrada do psicólogo na área de políticas públicas ser recente, e sua forma de atuação estar em construção, compreende-se que um modelo tradicional de atendimento não é o mais indicado dentro da realidade das instituições. Ou seja, o atendimento individual e individualizante não é o objetivo do psicólogo dentro das políticas públicas, mas sim, compor uma equipe multidisciplinar com o objetivo de fomentar a tomada de consciência da população sobre as situações a que estão expostas – entre elas a violência; e, junto com a população e a equipe técnica, promover a articulação de direitos e serviços para a superação dessas situações (CFP, 2011).

No caso específico da violência, o profissional deveria atuar considerando os condicionantes objetivos e subjetivos do fenômeno, contribuindo para o desvelamento e desnaturalização do mesmo, para a compreensão de seu caráter estruturante das relações em nossa sociedade, e considerando sempre os sentidos, significados e o impacto que a violência causa na população atendida. Outro aspecto diz respeito ao conhecimento que o profissional deve ter sobre a realidade

em que pretende trabalhar: o profissional de psicologia deve promover ações e mobilizar recursos da comunidade para transformar situações de violência, bem como construir novos recursos, caminhando em direção à emancipação da comunidade (CFP, 2008). Para isso, o profissional precisa conhecer a realidade histórica, social e política em que vai atuar, de forma profunda, para que seu trabalho não seja descontextualizado, e possa contribuir para que as pessoas possam ser agentes de transformação social (CFP, 2011).

Com relação a isso, assinalamos dois aspectos: primeiramente, o fato de que esse trabalho junto à comunidade, que considera os aspectos históricos e sociais do fenômeno, não aparece nos discursos como sendo uma atuação esperada do psicólogo. Em segundo lugar, e estreitamente ligado a essa incompreensão sobre o trabalho desse profissional, assinalamos que na realidade pesquisada, o psicólogo tem alta rotatividade, e seu trabalho acaba por ser prejudicado, haja vista que a escassez de verba já assinalada afeta diretamente a contratação desse profissional. Frisamos a importância de uma atuação crítica e implicada dos profissionais da psicologia em instituições que atendem a uma população em situação de vulnerabilidade social, haja vista que essa população está sujeita a uma série de violações estruturais, cotidianas, institucionais e simbólicas, as quais acarretam em um processo de dessubjetivação (GOLDFARB, 2010), levando a um grande sofrimento psíquico e emocional. Assim, a intervenção do psicólogo, em conjunto com a equipe multidisciplinar, é de fundamental importância, pois pode promover o fortalecimento dos laços sociais e comunitários tão importantes para a superação de situações de violência. Somente a partir dessa compreensão mais ampliada, é que o psicólogo pode de fato contribuir para a autonomia, a emancipação, a promoção de saúde e a garantia de direitos das famílias e das comunidades (CFP, 2008).

Considerações finais

A violência é um fenômeno complexo, nos quais se entrelaçam aspectos subjetivos e aspectos históricos sociais/objetivos. Ela não pode ser simplificada por análises simplistas e individualizantes, as quais atribuem apenas ao sujeito as causas e motivações, dando ênfase apenas ao aspecto subjetivo da violência. Considerando que as populações mais vulneráveis socioeconomicamente são as que mais sofrem com a violência, a instituição que deseja trabalhar com indivíduos em situação de vulnerabilidade social, deve ter a capacidade de analisar sua própria intervenção, haja vista que ela pode ser ao mesmo tempo um espaço de naturalização e reprodução da violência, e/ou um espaço de reflexão e de mobilização que contribua para a superação da mesma.

Da mesma forma, o profissional da psicologia deve sempre questionar o sentido ético-político de sua própria atuação, contribuindo para problematizar o fenômeno da violência, em toda a sua complexidade, superando as visões simplistas e naturalizantes, presentes inclusive nos processos socioeducativos. Para que a intervenção do psicólogo possa de fato contribuir com a emancipação, a autonomia e o desvelamento das condições de produção da violência, é fundamental que este parta dos sentidos e significados que os indivíduos atribuem ao fenômeno, e da realidade histórica, social e cultural da população em questão, desconstruindo discursos que naturalizam e individualizam as situações de violência presentes tanto na narrativa e/ou na prática da população atendida quanto da equipe institucional, contribuindo assim, de fato, com processos socioeducacionais que concorram para o efetivo desenvolvimento dos indivíduos e das comunidades.

Referências

BACH JR., J. A Pedagogia Waldorf como educação para a liberdade: reflexões a partir de um possível diálogo entre Paulo Freire e Rudolf Steiner. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20935/20935.PDF>. Acesso em: 05 out. 2018.

- BISPO, F. S.; LIMA, N. L. A violência no contexto escolar: uma leitura interdisciplinar. *Educ. rev.* [online]. Belo Horizonte: 2014, vol. 30, n.2, pp. 161-180. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n2/08.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências*. Portaria MS/GM nº 737 de 16.05.01 Brasília (Série E. Legislação de Saúde, nº8), 2001. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acidentes.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2017.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CARDOSO, R.; CHAUÍ, M.; PAOLI, M.C. *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CHRISPINO, A.; DUSI, M. L. H. M. Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da Cultura da Paz. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.* [online]. 2008, vol.16, n.61, p. 597-624. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n61/v16n61a07.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) – CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). *Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília, jun. 2008. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2010/11/referenciascras.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) – CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). *Referências técnicas para Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS*. Brasília: CFP, 2012. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/03/CREPOP_CREAS.pdf. Acesso em: 17 jul. 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *V Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas - Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas*. Brasília: CFP, 2011. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/10/seminarionacional-23-05-11-vers%C3%A3o-corrigida-FINAL.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- COSTA, A. M. A. M.; SILVA, K. S. ; BONAN, C. Organizações Não Governamentais na área da Saúde da Criança - revisão da literatura. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. Rio de Janeiro, 2011, vol.16, n.7, p. 3181-3196. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232011000800018&script=sci_arttext. Acesso em: 21 jun. 2015.
- COSTA, C. S. L.; WILLIAMS, L. C. A.; CIA, F. Intervenção com monitores de Organização Não Governamental: diminuindo problemas de comportamento em crianças. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2012, vol.25, n.3, pp. 411-421. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n2/08.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2017.
- CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. (Orgs.). *Políticas públicas e assistência social*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GARCIA, J. Indisciplina na escola: Uma reflexão sobre a dimensão preventiva. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: 1999, n. 95, jan./abr., p. 101-108. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/275>. Acesso em: 04 jan. 2017.
- GOLDFARB, D. C. Pensando nas origens da violência. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. Rio de Janeiro, 2010, vol.15, n. 6, p. 2673-2676. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000600005. Acesso em: 04 jul. 2015.

GOMES, S. F. D. R.; MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 31^a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

GONÇALVES, H. S. Violência contra a criança e o adolescente. In: GONÇALVES, H. S., BRANDÃO, E. P. (Orgs.). *Psicologia jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU, 2011.

GUARESCHI, N. M. F.; WEBER, A.; COMUNELLO, L. N.; NARDINI, M. Discussões sobre violência: trabalhando a produção de sentidos. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. Porto Alegre, 2006, vol.19, n.1, p. 122-130. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722006000100017&script=sci_arttext. Acesso em: 20 ago. 2015.

HAYECK, C. M. (a). Refletindo sobre a violência. In: *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais* [online]. 2009, vol.1, n.1. Disponível em http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Refletindo%20sobre%20a%20viol%C3%Aancia.pdf. Acesso em: 17 jan. 2017.

JORGE, M. H. P. M. Violência como problema de saúde pública. *Cienc.Cult.* [online]. 2002, vol.54, n.1, p. 52-53. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000100024&script=sci_arttext. Acesso em: 16 jan. 2017.

KALK, A. A cooperação entre uma ONG e os Estados "anfitriões" no controle da hanseníase na América Latina. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2003, vol.19, n.2, p. 663-666. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n2/08.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2017.

LISBOA, C.; EBERT, G. Violência na escola: reflexão sobre as causas e propostas de ações preventivas focais. In: HABIGZANG, L.F; KOLLER, S.H. Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012.

LOPES, R. E.; ADORNO, R. C. F.; MALFITANO, A. P. S.; TAKEITI, B. A.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O.

Juventude pobre, violência e cidadania. *Rev. Saúde Soc.* [online]. 2008, vol.17, n.3, p. 63-76. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300008. Acesso em: 17 abr. 2015.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513-531, Nov. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701997000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 Nov. 2017.

MOREIRA, A. C. G.; VILHENA, J.; CRUZ, A. T. A.; NOVAES, J. V. Quem tem medo do lobo mau? Juventude, agressividade e violência. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.* [online]. 2009, vol.12, n.4, p. 677-697. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n4/v12n4a05.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2017.

NETO, O. C.; MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 1999, vol.4, n.1, p. 33-52. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100004. Acesso em: 25 jan. 2017.

ODALIA, N. *O que é violência*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PORTO, M. S. G. A violência entre a inclusão e a exclusão social. *Rev. Tempo Soc.* [online]. 2000, vol.12, n.1, p. 187-200. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n1/v12n1a10.pdf>. Acesso em 15 jul. 2017.

SAWAIA, B. B. *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, M. C., OLIVEIRA, P., MEDINA, T. Da indisciplina à violência nas escolas: de onde vem, que responsabilidades, como enfrentá-la? *Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal*, Universidade do Porto, 2010. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/55057>. Acesso em: 04 jan. 2017.

SOUZA, M. A.; CASTRO, R. E. F. Agressividade infantil no ambiente escolar: concepções e atitudes do professor. *Psicol. estud.* [online]. 2008, vol.13, n.4, p. 837-845. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n4/v13n4a22.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2017.

VIEIRA, N. S.; FEITOSA, M. G. G. A consultoria em ONGS: um estudo na região metropolitana de Recife. *Rev. Pretexto*, Belo Horizonte: abr. /jun. 2011, v. 12, n. 2, p. 9 - 31. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/663>. Acesso em: 20 jan. 2017.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2010, vol. 26, p. 9-24. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500002. Acesso em: 02 mar. 2017.

ZALUAR, A.; NORONHA, J. C. ; ALBUQUERQUE, C. Violência: pobreza ou fraqueza institucional? *Cad. Saúde Pública* [online]. 1994, vol.10, p. 213-217. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1994000500016&script=sci_arttext. Acesso em: 29 set. 2015.

*Doutora em Psicologia social. Professora adjunta de psicologia social e comunitária na Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: gislaynecef@hotmail.com.

**Psicólogo, participante do Programa de Residência Pedagógica- UFSCar – campus Sorocaba. E-mail: heitorhenriquefaustino21@gmail.com.

Recebido em 10/08/2018

Aprovado em 15/10/2018